

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PERSPECTIVA
DA EDUCAÇÃO POPULAR NA ESCOLA¹**
**THE ROLE OF FOOD AND NUTRITIONAL EDUCATION IN THE
PERSPECTIVE OF POPULAR EDUCATION IN SCHOOL**

Simone Zientarski Fontana²

¹ Artigo desenvolvido na disciplina "Práticas educativas em saúde" no curso de Mestrado em Educação nas Ciências da Unijuí.

² Bolsista UNIJUI, membro do GEEP, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências

Resumo:

O atual cenário alimentar e nutricional da população brasileira provoca algumas problematizações importantes, em especial, no campo da educação escolar. A Educação Popular, nessa direção, apresenta-se enquanto uma proposição crítica e problematizadora da realidade. O presente texto tem por objetivo realizar uma reflexão acerca do papel da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) diante de educandos com carências alimentares, na perspectiva da Educação Popular voltada à saúde. Para tanto, apresenta-se uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e exploratória, tendo por principais referências autores como Castro (1967), Demo (2003) e Freire (1987) bem como normativas que auxiliam na reflexão acerca da articulação entre saúde e Educação Popular. Duas realidades distintas ilustram um problema expressivo no Brasil e no mundo: a fome e a obesidade assumem índices cada vez mais expressivos, denunciando uma situação de desequilíbrio alimentar de grande parte da população e, a escola não pode prescindir de sua missão social frente a questão alimentar dos educandos. Uma prática educacional baseada nos princípios da Educação Popular precisa marchar no sentido de superar moldes obsoletos e dominadores de educação, que só atendem aos interesses da elite, para construir novas formas de ensinar e aprender, engendrando processos de formação crítica em prol da emancipação e autonomia dos cidadãos em torno dos temas relacionados, também, à saúde. Se os objetivos buscados para a sociedade contemporânea são o de justiça e igualdade social, a escola pode ser instrumento importante para viabilizá-los e, nessa direção, a EAN precisa ser repensada nessa ótica com vistas a uma melhoria na qualidade de vida, em especial, da população deixada à margem de seus direitos.

Abstract:

The current food and nutritional scenario of the Brazilian population causes some important problematizations, especially in the field of school education. Popular education, in this direction, presents itself as a critical and problematizing proposition of reality. The purpose of this text is to reflect on the role of Food and Nutrition Education (EAN) in relation to students with nutritional deficiencies, from the perspective of Popular Education focused on health. For this, a bibliographical research, qualitative and exploratory is presented, having as main references

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

authors such as Castro (1967), Demo (2003) and Freire (1987) as well as normatives that help in the reflection about the articulation between health and Popular Education. Two distinct realities illustrate an expressive problem in Brazil and in the world: hunger and obesity assume ever more expressive indices, denouncing a situation of food unbalance of a large part of the population, and the school can not do without its social mission on the issue of the learners. An educational practice based on the principles of Popular Education must move towards overcoming obsolete and dominant forms of education, which only serve the interests of the elite, to construct new ways of teaching and learning, engendering processes of critical formation for the sake of emancipation and autonomy of the citizens around the themes related also to health. If the goals sought for contemporary society are justice and social equality, school can be an important instrument to make them viable, and in this sense, EAN needs to be rethought in this perspective with a view to improving the quality of life, especially , of the population left in the margin of their rights.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional. Educação Popular. Escola.

Keywords: Food and Nutrition Education. Popular Education. School.

Introdução

O atual cenário alimentar e nutricional da população brasileira provoca algumas problematizações importantes, em especial, no campo da educação escolar. Frequentam as escolas, diariamente, expressivos índices de crianças, adolescentes e jovens com carências alimentares e nutricionais significativas, que se apresentam em problemas como a fome e a obesidade. Entende-se que as instituições escolares não podem ficar alheias a esta realidade e, mais ainda, precisam munir-se de instrumentos para o trabalho desta problemática em sala de aula. Por isso, a importância da presente discussão. Nesse intuito, pergunta-se: Qual é o papel da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) frente a educandos com carências alimentares e nutricionais, na perspectiva da Educação Popular voltada à saúde?

A Educação Popular, nessa direção, apresenta-se enquanto uma proposição crítica e problematizadora da realidade. A mesma tem por princípio a realização de uma ação educativa reflexiva, que leva em consideração o contexto em que a criança obesa ou desnutrida vive, em busca de construir uma mudança viável da situação em que ela se encontra, por meio, entre outros elementos, do conhecimento.

Diante disso, o presente texto tem por objetivo realizar uma reflexão acerca do papel da EAN diante de educandos com carências alimentares, na perspectiva da Educação Popular voltada à saúde. Para tanto, apresenta-se uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e exploratória, tendo por principais referências autores como Castro (1967), Demo (2003) e Freire (1987) bem como normativas que auxiliam na reflexão acerca da articulação entre saúde e Educação Popular.

O artigo divide-se em dois momentos: a primeira parte trata-se de uma contextualização acerca dos problemas da fome e da obesidade no Brasil, explicitando a realidade destes fenômenos na

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

atualidade. O segundo momento discorre sobre a EAN em conversa com a Educação Popular na escola, trazendo alguns desafios que se fazem presentes neste cenário.

A PROBLEMÁTICA DA FOME E DA OBESIDADE NO BRASIL

Diariamente, frequentam os bancos escolares milhões de alunos, muitos deles crianças, muito diferentes entre si. As disparidades entre eles se apresentam nas formas de aprender, de se comportar, nas classes sociais, entre outros, e tornam complexo o processo de ensino-aprendizagem na escola. Dentre todas estas variáveis que fazem parte, de maneiras muito específicas e particulares, da vida dos educandos, tomaremos uma para aprofundamento neste estudo: a alimentação. E, este aspecto, não pode ser objeto de uma simples análise, uma vez que está adentrado em um cenário deveras complexo, permeado por fatores sociais, econômicos, políticos, culturais.

O tema proposto para esta discussão se faz ainda mais pertinente tendo em vista que a alimentação faz parte da vida das pessoas e cada uma lhe confere distintos sentidos, inclusive afetivos, quando as refeições se tornam momentos de interação, de aproximação com o outro. Historicamente a vida humana foi organizada em torno da necessidade de suprir esta necessidade básica. De acordo com a autora,

A alimentação é uma atividade central da vida, que define a nossa forma de viver, de morar e de organizar a sociedade. As cidades são formadas às margens de rios, porque eles proporcionam condições de suprir a necessidade de água e de alimentos. O dia divide-se em turnos porque, no meio dele, precisamos parar as atividades para comer (BOOG, 2008, p.19).

Na atualidade, índices expressivos de fome e obesidade mostram um cenário problemático de carências alimentares enfrentados pelos brasileiros e cidadãos de todo o mundo. Sendo assim, é mister considerar que o modo como as pessoas se alimentam depende de uma série de fatores inter-relacionados, que vão desde a condição financeira das famílias, passando pela faixa etária, até alguns hábitos provenientes da necessidade de rapidez do ato de se alimentar em virtude dos horários de trabalho ou estudo, por exemplo (BRASIL, 2012b). É importante ressaltar que a renda pode influenciar na qualidade da alimentação, mas não no sentido de que famílias com baixa renda tenham menor qualidade em suas refeições, mas ao contrário, a

dieta dos brasileiros de mais baixa renda apresenta melhor qualidade, com predominância do arroz, feijão aliados a alimentos básicos como peixes e milho. A frequência de alimentos de baixa qualidade nutricional como doces, refrigerantes, pizzas e salgados fritos e assados, tende a crescer com o aumento da renda das famílias. (BRASIL, 2013, p.14)

O Brasil passou de um extremo a outro nas últimas décadas: de uma realidade de desnutrição nos anos 1970 para um contexto em que metade da população adulta era obesa em 2008. (BRASIL, 2012b). Sendo assim, os estudos acerca da obesidade são recentes, bem como o próprio problema, que vem crescendo consideravelmente e atingindo um grande número de alunos. Em grande medida, os hábitos alimentares restritamente organizados em torno da rapidez e praticidade no

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

preparo dos alimentos, facilidade obtida com o consumo de produtos industrializados (pré-prontos), com elevado nível calórico e pobre em elementos necessários à saúde, como também a falta de atividade física, justificam o aumento da obesidade. (BRASIL, 2012b). Com isso, é possível afirmar que o comportamento alimentar dos brasileiros depende, em grande medida, das características que fazem parte do estilo de vida contemporâneo, no qual se destacam a variada oferta de opções de alimentos, bem como do apelo midiático, da influência do marketing e da tecnologia de alimentos (BRASIL, 2012a).

De outro lado, a fome, a desnutrição. A fome faz parte de um conjunto de fragilidades sociais advindas da pobreza. Para além da perspectiva de um problema social, Demo considera a pobreza como um dilema político e parte de um sistema de privações bem mais amplas do que as materiais. Trata-se de um problema complexo, que não pode ser reduzido ou simplificado à falta de recursos para a sobrevivência. Nas palavras do autor,

O conceito de pobreza política coloca em xeque o entendimento usual de pobreza como simples carência ou vulnerabilidade material. Por mais que esta face seja decisiva, é uma delas e possivelmente não a central. O que faz alguém pobre não é propriamente a carência material, mas sobretudo a injusta distribuição dela. (...) A pobreza surge quando bens escassos se tornam bens privilegiados, em sentido material e imaterial. Seu cerne é destituição de teor político, ou seja, imposta, injusta, historicamente produzida e mantida. (...) Não está em jogo apenas a dimensão do “ter”, mas principalmente a do “ser”. (DEMO, 2003, p.37).

Os alunos pobres que frequentam a escola pertencem a famílias, que, por sua vez, fazem parte de um grupo historicamente excluído, que tem seus direitos feridos e negados por um sistema político que destina cada vez mais privilégios à classe dominante, enquanto tira os poucos recursos de quem os mais necessita. Ou seja, “para os opressores, o que vale é ter mais e cada vez mais, à custa, inclusive, do ter menos ou do nada ter dos oprimidos.” (FREIRE, 1987, p.25).

Demo assevera que “ser pobre não é apenas não ter, mas sobretudo ser impedido de ter e sobretudo de ser, o que desvela situação de exclusão injusta.” (2003, p.38). Freire destaca a importância do “ser” para que o sujeito se constitua enquanto tal, assumindo sua postura no mundo, ou seja “se ter é condição para ser”. (1987, p.25).

Para Castro, o dilema da fome é um problema político e, portanto, não é um fenômeno natural e inevitável, como concebido pelo senso comum até então. Para amparar esta afirmação, o autor destaca que ao considerar a ampla extensão territorial do Brasil, seria geograficamente possível produzir alimento para toda população, sem que nenhuma pessoa passasse qualquer necessidade dessa natureza.

Utilizando-se de conhecimentos sobre saúde, geografia, história, política e sociologia, Castro analisa as condições que influenciam na alimentação do povo brasileiro. Nesse viés, o nutrólogo se utilizou de divisões geográficas para realizar as pesquisas, mapeando os tipos e intensidade da

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

fome no território brasileiro. Seus estudos se basearam na afirmação de que, a enorme extensão territorial, diferentes tipos de solo e clima e a diversidade étnica e paisagista do Brasil impedem uma uniformidade na alimentação de todos os brasileiros e, por isso, “o país está longe de constituir uma só área geográfica alimentar”. (1967, p. 38).

Até este momento, discorreu-se sobre os problemas alimentares e nutricionais que acometem muitos educandos em idade escolar, sendo ressaltada a preponderância de que esta problemática se faça presente nos espaços escolares,

considerando o grande desafio de incorporar o tema da alimentação e nutrição no contexto escolar, com ênfase na alimentação saudável e na promoção da saúde, reconhecendo a escola como um espaço propício à formação de hábitos saudáveis e à construção da cidadania. (BRASIL, 2006, s/p).

Nesse sentido, é pertinente a pergunta: Mas afinal, como é possível pensar na relação entre Educação Popular e a EAN no contexto escolar?

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PERSPECTIVA POPULAR NA ESCOLA: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS

Demo aponta que “o móvel mais efetivo da autonomia humana é a habilidade de conhecer e aprender” (2003, p.21). Nesse sentido, se dá a imprescindibilidade da escola na construção do saber, no diálogo questionador da realidade, que empodera os cidadãos para a luta. O conhecimento possibilita a transformação da vida das pessoas e, nesse sentido, não é surpreendente a ideia de que algumas pessoas depositem toda sua confiança em um futuro melhor por meio da educação, pois

Conhecimento possui potencialidade disruptiva, no sentido de que se constitui como habilidade de confronto perante limites e a realidade externa e interna. Abriga a capacidade de revolta, à medida que instiga a não aceitar as coisas como estão. Conhecer é, antes de tudo, saber não aceitar, saber questionar, não se submeter a limites e a fatos, não reconhecer fronteiras intransponíveis. (DEMO, 2003, p.23).

O conhecimento traz consigo a capacidade de indignação frente às situações e ao contexto em que o sujeito vive. Enxergar efetivamente as nuances envolvidas na conjuntura política, econômica e social, realizando esta análise tanto em um foco global quanto local, só pode ser possível com a construção da criticidade e da tomada de consciência de seu lugar no mundo. Afinal, no caso da pobreza, a luta pela mudança depende do pobre realizar uma leitura crítica da realidade, tendo consciência, de fato, que sua condição não é destino, que não é natural ou incontornável nem uma simples falta de sorte. (DEMO, 2003).

Nessa perspectiva, o processo educativo tem potencial para a desalienação da população, contribuindo para romper com as amarras da ignorância. (FREIRE, 1987). Uma educação voltada às necessidades e demandas dos pobres ou “oprimidos”, que trabalha em favor do empoderamento

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

das classes marginalizadas, é entendida como Educação Popular. Neste viés, a relação entre educador e educando é horizontal, ou seja, a partir do diálogo entre os envolvidos no processo educativo, todos aprendem. Sendo assim, é

Por meio da conjunção de saberes, vivências e práticas que se opõem à situação de opressão e exclusão social existente, a Educação Popular em Saúde busca identificar situações limites, entendidas como as que exigem transformação no contexto local por dificultarem a concretização dos sonhos de uma vida digna e ética, para o coletivo das populações. Para Freire (1997), é a partir do contexto concreto/vivido que se pode chegar ao contexto teórico, o que requer curiosidade, problematização, criatividade, o diálogo, a vivência da práxis e o protagonismo dos sujeitos na busca da transformação social. (BRASIL, 2012c, p.10).

Descentralizar o “poder” do saber apenas de uma pessoa, seja ele um médico, um enfermeiro ou um educador, se constitui um grande e emergente desafio da área da saúde, como também da educação. Repensar o processo verticalizado das práticas educativas em saúde tradicionalmente pautadas em instruções técnicas objetivas e inflexíveis de “o que, quem, como e quando fazer” é uma problemática levantada pelos princípios da Educação Popular.

Paulo Freire apresenta-se como um significativo aporte para melhor compreender a Educação Popular e relacioná-la a área da saúde, pois, mesmo sendo um pesquisador que se ocupou, em especial, do fenômeno educativo, oferece diversas contribuições das quais a saúde se apropria. Para Santos (2012, p. 456), “do ponto de vista teórico-metodológico, a educação alimentar e nutricional está direcionada nos documentos para assumir uma perspectiva de educação popular cunhada no pensamento de Paulo Freire, com ênfase na dialogicidade e na autonomia do sujeito.”

A questão que ganha foco, nessa discussão, é necessidade do reconhecimento do sujeito e de seus saberes. A partir do reconhecimento do “outro” como sujeito histórico, cidadão de direitos, integral, que possui vivências e conhecimentos anteriores, a partir da Educação Popular são apontadas possibilidades de diálogo, de escuta sensível e do fazer “com” o outro e não, simplesmente, “para” o outro.

Nesse sentido, a EPS [Educação Popular em Saúde] tem apontado princípios que podem contribuir às práticas de saúde nessa busca, como a problematização da realidade vivenciada pelas populações enquanto elemento básico dos processos educativos e de planejamento no enfrentamento dos determinantes sociais da saúde; a valorização do saber popular como forma de construirmos relações e vínculos mais efetivos, além do desafio de resgatarmos e articularmos as práticas populares de cuidado aos serviços de saúde; a construção compartilhada do conhecimento; e a amorosidade, elemento intrínseco da humanização do sistema, que implica o reconhecimento do outro em sua totalidade e diversidade. (BRASIL, 2014, p.23).

neste sentido, se configura um fenômeno complexo que acontece tendo em vista as muitas dimensões do ser humano: cognitiva, afetiva, física... Trata-se de uma construção coletiva que parte da subjetividade e da intersubjetividade dos educandos, tendo por foco a participação

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

efetiva e emancipação dos cidadãos.

As Diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, enfatizam que a alimentação saudável deve ser entendida como direito humano no contexto da educação escolar. O documento também afirma que a prática educativa voltada à alimentação deve considerar os hábitos alimentares como expressão de manifestações culturais regionais e nacionais, valorizando, assim, as construções históricas do povo (BRASIL, 2006). Nesse viés, “assume-se a cultura como aspecto de relevância com destaque à importância dos hábitos alimentares regionais, e que as práticas alimentares é um resultado de escolhas, conscientes ou não”. (SANTOS, 2012, p.456).

Em sala de aula, os desafios do desenvolvimento da Educação Popular voltada a educação para a alimentação e nutrição são expressivos. A EAN tem um estreito laço com o enfoque popular. Por isso, esta não pode prescindir da contextualização, pois, considera-se que as aprendizagens em sala de aula necessitam de relação com o cotidiano do educando para que sejam incorporados na vida deste sujeito. Sabe-se da importância da produção de sentido para que ocorra efetivamente a aprendizagem e, para que esta não se torne apenas um conteúdo fragmentado, isolado e sem aplicação na vida cotidiana. Para Cunha e Pezzato,

atribuir sentido é uma necessidade imperativa para compreendermos e atuarmos no mundo em que vivemos, extraindo lições das experiências e investindo nos processos de conhecimento que continuamente se fazem necessários para atuarmos apropriadamente e respondermos aos desafios da realidade. (2015, p.266).

Nesse sentido, se faz imprescindível o reconhecimento dos interesses e necessidades de cada grupo, de cada criança que frequenta a escola. Com isso, será possível a construção de uma prática educativa mais próxima dos anseios dos educandos, e que, possa fazer sentido e ser incorporada às práticas alimentares diárias. Nesta problematização está imbuída a concepção de que a alimentação é uma prática social multifatorial e neste sentido, a EAN requer uma abordagem que considere “as práticas alimentares como resultantes da disponibilidade e acesso aos alimentos, além dos comportamentos, práticas e atitudes envolvidas nas escolhas, nas preferências, nas formas de preparação e no consumo dos alimentos.” (2012a, p.31).

Os autores apontam para a relevância do compromisso dos educadores de “ser mais”, provocando a entender os sujeitos, inclusive e, principalmente os mestres, como seres inacabados. Revisar, repensar, redimensionar a prática educativa se torna indispensável dada a complexidade da EAN na perspectiva da Educação Popular e, ainda mais, considerando a dinamicidade dos sujeitos que, sendo críticos, se mobilizarão em busca de saber mais, a partir de questionamentos, problematizações, proposições. Este processo não é cômodo, do contrário, exige de educadores e educandos constante disposição para aprender e, continuamente, repensar as aprendizagens. Busnello e Frantz (2016, p.27) afirmam a importância da formação e reflexão permanente acerca das ações voltadas à educação, em especial, com foco na saúde. Para eles,

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

A constante reflexão crítica sobre as práticas educativas, elemento presente na compreensão e educação permanente, considera que refletir sobre o que se faz e como se faz é fundamento de uma prática educativa coerente e ética com os princípios do cuidado com a vida.

Neste cenário, o papel da escola, e, ao mesmo tempo, o seu grande desafio é repensar a concepção de saúde, de alimentação e de Educação Popular em busca de qualificar a ação educativa tendo em vista o contexto em que vivem os educandos que frequentam os bancos escolares diariamente. Essas concepções determinam as práticas desenvolvidas com os educandos e, por isso, é imprescindível que os educadores tenham clareza de seus objetivos e intencionalidades, sabendo a favor do que e de quem estão educando (FREIRE, 1987).

Diante do exposto, é possível afirmar que a tarefa do educador está em

passar a ser um mediador da comunidade de aprendizagem, sendo o responsável pela motivação dos alunos e pela criação de oportunidades de aprendizagem; deve ser visto como aquele que orienta, não monopoliza, que não envia opiniões a cada instante e deixa que a teia de conexões se estabeleça pelas reconstruções, estimulando o afetivo contra a solidão virtual; deve ser visto como animador da inteligência coletiva. (AZEVEDO, 2005, s/p apud ACIOLI, 2016, p.7)

O exercício dialógico em sala de aula é um grande desafio para educadores e alunos, na medida em que descentraliza o “poder” do saber da figura do educador, viabilizando um percurso de criação, de construção de conhecimentos por parte dos educandos. Ao educador, cabem o direcionamento, organização e intervenções para a qualificação do processo educativo tendo por base observações e reflexões atentas acerca das demandas do grupo.

Uma prática educacional baseada nos princípios da Educação Popular precisa marchar no sentido de superar moldes obsoletos e dominadores de educação, que só atendem aos interesses da elite, para construir novas formas de ensinar e aprender. Se os objetivos buscados para a sociedade contemporânea são o de justiça e igualdade social, a escola pode ser instrumento importante para viabilizá-los e, nessa direção, a EAN precisa ser repensada nessa ótica com vistas a uma melhoria na qualidade de vida, em especial, da população deixada à margem de seus direitos.

Considerações Finais

Como visto, a EAN ocupa importante lugar nas instituições escolares considerando os índices cada vez mais expressivos de educandos que convivem com diversas doenças provocadas pelas carências alimentares e nutricionais. Esta é uma realidade que vem crescendo diante dos modos de vida da sociedade contemporânea e a escola também assume esta preocupação em seu compromisso social de formação de cidadãos.

A Educação Popular, nesta perspectiva, oferece significativas contribuições, a partir do legado freireano, para pensar a EAN em um viés problematizador, dialógico, crítico e transformador, apoiado na construção de conhecimentos pelos próprios educandos. Esta proposição permite uma ideia de mudança na vida dos alunos, “permitindo” a eles a possibilidade de “ser mais”.

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

Dessa forma, percebe-se a necessidade destas discussões em âmbito escolar em busca de transformar a prática pedagógica na perspectiva da emancipação e autonomia, oferecendo importantes alicerces para movimentos de transformação da sociedade, em favor da justiça, igualdade social e, sobretudo, da garantia de direitos essenciais ao cidadão, inclusive de uma alimentação digna e saudável.

Referências

ACIOLI, Giovanni Gurgel. Rupturas paradigmáticas e novas interfaces entre educação e saúde. Cadernos de Pesquisa. v.46 n.162 p.1172-1191 out./dez. 2016.

BRASIL. Portal Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006. Diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 de maio de 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de Referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2012b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Educação Popular em Saúde. Brasília-DF: Ministério da Saúde: 2012c.

Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. II Caderno de Educação Popular em saúde. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

BOOG, Maria Cristina Faber. O professor e a alimentação escolar: Ensinando a amar a terra e o que a terra produz. São Paulo: Komedi, 2008.

BUSNELLO, Maristela Borin (Org.); FRANTZ, Walter. Educação Popular como prática de educação permanente no campo da saúde e na alimentação e nutrição. In: BOFF, Eva Teresinha de Oliveira (Org.). Educação para a saúde: diálogos nos diferentes cenários de práticas educativas. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome- o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Antares, 1967.

CUNHA, Renata C. O. Barrichelo; PEZZATO, Luciane Maria. Práticas educativas e produção de sentido. In: PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Org.); MIALHE, Fábio Luiz (Org.). Educação e promoção da saúde: teoria e prática. São Paulo: Santos, 2015.

Bioeconomia:
DIVERSIDADE E RIQUEZA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SALÃO DO
CONHECIMENTO

UNIJUI 2019



21 a 24 de outubro de 2019

XXVII Seminário de Iniciação Científica
XXIV Jornada de Pesquisa
XX Jornada de Extensão
IX Seminário de Inovação e Tecnologia

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

DEMO, Pedro. Pobreza da pobreza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, p. 455-462, 2012.

ZATTI, Vicente. Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.